



A Cobertura Política no Repórter Brasil¹

Allana Meirelles Vieira²

Iluska Coutinho³

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O artigo pretende analisar a cobertura política feita pelo principal telejornal da TV Brasil, o Repórter Brasil. A partir da análise de conteúdo de uma semana composta do noticiário e de leituras bibliográficas, o trabalho pretende refletir sobre o cumprimento do papel público da TV Brasil, considerando o quesito de independência editorial. A proposta é avaliar em que medida há um equilíbrio na cobertura do telejornal da emissora. Entre as variáveis analisadas, estão o tempo, o formato e a editoria de cada matéria; além disso, é avaliada a presença do governo, se ele é citado ou entrevistado, e se o enfoque foi positivo, negativo ou neutro; por último, a presença dos partidos políticos também foi verificada.

Palavras-chave

TV Pública; TV Brasil; Cobertura Política.

Segundo a UNESCO (2008), 97% das casas no Brasil possuem aparelho de televisão. Assim, a televisão se constitui como o meio de comunicação através do qual a maior parte da população tem acesso à informação e entretenimento.

Considerando o fato de que a TV tem grande impacto na opinião pública, e de que a liberdade de imprensa é um dos aspectos importantes para ter uma sociedade mais desenvolvida e crítica, torna-se necessário pesquisar a televisão no Brasil. Diante do papel alternativo que a TV pública tem sobre os sistemas comerciais e governamentais, estudar este modelo de emissora torna-se ainda mais importante para se ter uma comunicação mais plural no Brasil e, conseqüentemente, uma sociedade mais democrática.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Estudante de Graduação 8º semestre da Faculdade de Comunicação Social da UFJF, email: allanameirelles@hotmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora da Faculdade de Comunicação Social da UFJF, email: iluskac@globo.com



Assim, este trabalho se propõe a analisar o telejornalismo da TV Brasil, a televisão pública brasileira. Mais especificamente, o artigo avalia a cobertura política feita pelo Repórter Brasil em uma semana composta que vai do dia 31 de Outubro de 2012 a 16 de Novembro de 2012. Os dias selecionados foram: Segunda-feira, 5 de novembro; Terça-feira, 13 de novembro; Quarta-feira, 31 de Outubro; Quinta-feira, 8 de novembro; Sexta-feira, 16 de novembro; e Sábado, 3 de novembro.

A opção por analisar a cobertura política do telejornal foi feita com a proposta de verificar o cumprimento do papel público da TV Brasil, a partir da responsabilidade com a independência em relação ao governo. Decidiu-se por avaliar a cobertura política fora de períodos eleitorais, partindo-se do pressuposto de que nesses períodos, há um cuidado maior com o equilíbrio, já que a visibilidade sobre a política é também maior.

Todas as matérias do telejornal foram analisadas, já que a política pode estar presente em reportagens que não necessariamente são desta editoria. Assim, tem-se um panorama mais geral do telejornal e a análise da cobertura política é feita em perspectiva. Algumas variáveis das matérias foram observadas, como: o formato; a editoria; a duração; as fontes, o tempo de fala e a classificação delas; além da presença do governo e dos partidos políticos, se eles foram apenas citados ou entrevistados, e se o enfoque foi positivo, neutro ou negativo.

Avaliando até que ponto a TV Brasil cumpre o papel público pode contribuir para o desenvolvimento do sistema público de comunicação no Brasil, já que este ainda é iniciante e conseqüentemente, poderia contribuir para a melhoria de todo o sistema de comunicação no país.

TV Pública

A constituição brasileira de 1988 prevê uma complementação entre os sistemas denominados privados, governamentais e públicos. Essa proposta visa proporcionar uma democratização dos meios, de forma que o sistema seja plural podendo oferecer diferentes tipos de conteúdo que não privilegiem apenas um interesse.

As televisões públicas têm o papel de oferecerem conteúdos diferenciados daqueles produzidos por outros veículos e que sejam caracterizados por sua isenção, independência e pluralidade. Como explica BUCCI, “uma emissora pública existe porque as pessoas têm direito (como autoras, agentes ou espectadoras) à informação



jornalística, ao conhecimento e às manifestações culturais.” (BUCCI, 2010, p.5). Ele ainda complementa,

As emissoras públicas, em suma, existem para ajudar a sociedade a realizar o ideal da imprensa — que é instituição social, independente do Estado, em que vige a liberdade de expressão, incumbida de fiscalizar o poder. Elas só têm sentido social e histórico se estiverem a serviço da sociedade e dos direitos dos cidadãos. (BUCCI, 2010, p.5)

Além disso, as emissoras públicas deveriam se diferenciar pelo diálogo efetivo com a sociedade, tendo o público mais do que apenas um consumidor de informação, mas um cidadão que age, opina e interfere naquilo que é produzido.

Para Martin-Barbero (2000), a mais clara caracterização de televisão pública é que essa, ao contrário da comercial, interpela mais ao cidadão que ao consumidor. Seu objetivo é contribuir na construção do espaço público enquanto cenário de comunicação e de diálogo entre os diversos atores sociais e as diferentes comunidades culturais. (MÔNICA CRISTINE FORT, 2005, p.100)

A representação do público seria outra responsabilidade desta emissora, que deveria fugir de estereótipos, apresentando visões plurais sobre uma região, uma cultura ou um assunto. No Brasil, onde há um domínio das comunicações pelas emissoras comerciais, muitas vezes, as visões sobre determinado tema acabam se repetindo, criando um enquadramento vicioso sobre a realidade. Diante da diversidade cultural do Brasil, estas repetições de pontos de vista acabam por limitar a representação, deixando de lado grande parte da sociedade. Ainda que seja impossível tratar a realidade em seu todo, apresentar uma pluralidade de enquadramentos torna-se um compromisso da emissora pública. PINTO discute essa posição alternativa da TV pública em relação às comerciais.

(...) a lógica televisiva dificilmente se exime a uma teia de interesses e de estratégias que tendem a fazer da TV generalista um poderoso instrumento de conquista. Entendemos que um serviço público de televisão, para que efetivamente o seja, só tem vantagens em se libertar destas amarras e conquistar o seu espaço autônomo, entrosando-se de forma progressiva e consciente com as dinâmicas e as instituições sociais (MANOEL PINTO, 2003, p.15).



A TV Brasil

No Brasil, a televisão foi criada como um empreendimento comercial, diferentemente dos países Europeus e em semelhança aos Estados Unidos. Por isso, a noção de qualidade presente no imaginário popular é baseada no modelo comercial de comunicação.

Como a TV no Brasil nasceu privada, Bucci afirmou que falar de televisão no Brasil é falar de TV comercial, pois como as televisões abertas são gratuitas, toda formatação da programação televisiva é feita para servir de venda ao anunciante. (...) Em outros países europeus, o modelo é o mesmo (da BBC), pois a televisão nasceu pública e recentemente tem migrado à privatização. (...) Portanto, a televisão privada ganha hegemonia e estabelece regras, o que influencia diretamente a proposição de televisão pública (MÔNICA CRISTINE FORT, 2005, p. 88-89)

Apesar do sistema de comunicação brasileiro ser dominado pelos canais comerciais, ele deveria ser equilibrado, de acordo com a constituição de 1988 que estabelece uma necessidade de complementação entre os sistemas comerciais, governamentais e público. Assim, em 2007, a TV Brasil foi criada com o objetivo de preencher uma lacuna no sistema de radiodifusão, se apresentando como uma emissora pública. Em sua carta de apresentação, a TV Brasil estabelece como sua proposta “complementar e ampliar a oferta de conteúdos, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania.” (<http://tvbrasil.org.br/sobreatv/>).

Entretanto, a TV Brasil tem sido intensamente criticada pela chamada grande mídia. Alguns argumentos caracterizam-na como uma televisão governamental e não pública, além de argumentarem sobre a audiência ser próxima de zero. Por exemplo, no dia 21 de Outubro de 2011, a revista Época, publicou o artigo intitulado “A emissora que fala sozinha - Prestes a completar quatro anos e com orçamento de R\$ 450 milhões, a TV Brasil tem audiência pífia e confunde serviço público com interesses do governo” (Mendonça, 2011). A estrutura de financiamento e gerenciamento da TV Brasil são algumas razões para essas críticas.

A TV Brasil é gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que também é responsável pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal. Além disso, ela é financiada através de repasse de verba do Governo, diferentemente do sistema utilizado



pela BBC, por exemplo, em que a verba vai diretamente do público para a emissora. Entretanto, neste sentido, é necessário considerar que no Brasil, os maiores canais de comunicação comercial são abertos e livres de taxas. Além disso, a desigualdade social é um problema no país, o que dificultaria taxar as pessoas para que elas tivessem um aparelho de televisão em casa.

Por outro lado, o conteúdo publicado pela TV Brasil é avaliado por um conselho curador, o qual tem o papel de representar a sociedade analisando o cumprimento do papel público pela TV Brasil. O Conselho é composto por 22 integrantes, sendo 15 indicados pela a sociedade, quatro pelo governo, um pela Câmara, um pelo Senado, além de um representante dos funcionários da empresa. Além disso, o Conselho tem se aproximado das Universidades com a proposta de avaliar o conteúdo produzido pela TV Brasil. Através de convênios, a Universidade Federal de Juiz de Fora ficou responsável por analisar o telejornalismo da emissora, e a Universidade Federal do Ceará, a programação infantil.

Dados coletados

A semana composta analisada apresentou 129 reportagens. Entre segunda e sexta-feira, a média foi de 23,6 notícias por dia e no Sábado, 11 matérias foram ao ar. No total, foram 11.854 segundos de matérias em todos os dias analisados, resultando em uma média de 91,89 segundos por notícia ou um minuto e meio. A reportagem mais longa teve 3 minutos e 55 segundos, enquanto a mais curta apresentou 10 segundos.

Foram 14 diferentes editorias presentes no período analisado do Repórter Brasil. Houve 20 notícias internacionais; 18 sobre segurança pública; 14 sobre esporte e 14 sobre cultura; 10 sobre cidade; nove sobre economia, nove sobre justiça e nove sobre sociedade; sete sobre política; seis sobre comportamento; cinco sobre saúde; três sobre educação e três sobre serviço; e duas sobre pessoas.

Dentre os formatos analisados, os VTs⁴ foram maioria, aparecendo 71 vezes. As notas cobertas⁵ foram escolhidas 33 vezes; 24 foram notas ao vivo⁶ e apenas uma foi apresentada por um stand up⁷.

⁴ VT é a denominação dada ao material mais elaborado, que pode conter offs, sonoras, passagens e outros recursos.

⁵ Nota coberta é a informação lida no estúdio pelo âncora do telejornal com a exibição de imagens que ilustrem o texto.

⁶ Nota seca é a informação lida no estúdio pelo âncora do telejornal.



Na análise, foram considerados oito grupos diferentes de fontes. Os populares foram ouvidos 98 vezes no período analisado, o que corresponde a uma média de 16,3 por dia. O segundo grupo mais entrevistado corresponde aos especialistas (36 vezes), com uma média de seis por dia. Artistas ou atletas apareceram 24 vezes com uma média de quatro por dia; as organizações civis tiveram voz 16 vezes com uma média de 2,6 por dia; o governo, 14 vezes com uma média de 2,3 por dia; os órgãos públicos e políticos, 12 vezes cada um, com média de dois por dia; e as instituições privadas foram ouvidas em um total de oito vezes, sendo em média 1,3 vezes por dia.

Entretanto, a quantidade de vezes que cada grupo foi entrevistado não corresponde à duração do discurso que cada grupo teve em média. Os órgãos públicos foram os que tiveram mais tempo de fala: um total de 183 segundos e uma média de 15 segundos por pessoa. O Governo e os políticos tiveram 14,5 segundos em média por falante (205 e 173 segundos no total, respectivamente); especialistas foram ouvidos por 14 segundos em média (509 segundos no total); organizações civis e instituições privadas tiveram 12 segundos de fala (191 e 96 segundos no total, respectivamente); artistas e atletas falaram por 9,5 segundos em média (232 segundos no total); e populares tiveram uma média de oito segundos de fala (788 no total).

No período de análise, o governo apareceu em 31 reportagens. Na maioria das vezes, a presença foi devido à menção de ministros ou ministérios (nove vezes). Como uma instituição, o Governo foi citado oito vezes. Ministros foram entrevistados seis vezes. A presidente Dilma Rousseff foi citada em quatro momentos e entrevistada três vezes. O Governo apareceu indiretamente em dois momentos.

A maior parte da presença do governo foi avaliada como neutra (17 delas). O Governo foi tratado positivamente em 12 das vezes em que apareceu e de modo negativo, em apenas duas vezes.

As reportagens com tratamento positivo dado ao governo somaram 1637 segundos, o que corresponde a uma média de 136 segundos por matéria. As neutras tiveram um total de 1698 segundos e uma média de 100 segundos por reportagem. Já as negativas somaram 159 segundos, com média de 80 segundos por notícia.

A maior parte das notícias positivas ao governo foi apresentada como VTs (10 delas); duas delas foram apresentadas como nota coberta. As notícias neutras foram apresentadas como VTs 13 vezes; uma vez como nota coberta e três como nota ao vivo.

⁷ Stand Up é a informação dada pelo repórter, no local onde ocorre o fato.



Por outro lado, as matérias negativas foram apresentadas uma vez como VT e uma como nota ao vivo.

As matérias positivas foram sobre política (2), educação (2), economia (2), saúde (2), cultura (1), sociedade (1), esporte (1) e segurança pública (1). As neutras foram sobre políticas (5), segurança pública (5), sociedade (3), educação (1), serviço (1), cidade (1) e justiça (1). Já as negativas são sobre justiça e comportamento.

Nas reportagens positivas, a presença do governo foi notada porque ministros foram entrevistados em quatro delas; a presidente apareceu em três; o governo foi citado como uma instituição duas vezes; a presidente foi citada uma vez; e a instituição apareceu indiretamente apenas uma vez. Nas matérias neutras, o governo apareceu sete vezes a partir da citação dos ministros e duas a partir da entrevista de ministros; a presidente foi citada três vezes; a instituição cinco vezes. Já nas negativas, o governo apareceu indiretamente uma vez e foi citado como instituição em outra.

Os partidos foram citados apenas seis vezes. O Partido dos Trabalhadores (PT) apareceu quatro vezes; o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), uma vez; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Todas as vezes que os partidos apareceram foram nos créditos, porque políticos desses partidos foram entrevistados sobre diferentes problemas e dando opiniões mesmo que não fossem representando a opinião do partido.

Discussão dos dados

A análise mostrou que a maior parte das reportagens em que o governo foi citado ou entrevistado, foi de modo neutro. Isto pode ser explicado porque na maior parte das vezes o Governo apareceu apenas como um recurso oficial, em notícias objetivas e não sendo foco da reportagem. Por exemplo, no dia 8 de novembro de 2012, em uma reportagem sobre crimes contra o seguro desemprego, o Governo apareceu representado a partir da menção do Ministério do Trabalho. Entretanto, a menção foi feita dando uma informação objetiva: “O Ministério do Trabalho estima que a quadrilha roubou R\$ 30 milhões”. Em outros casos, a reportagem foi considerada neutra, porque houve a presença de outras opiniões com o mesmo espaço.

É interessante notar que a maioria das notícias sobre política foi tratada de modo neutro. Entre as sete reportagens sobre política, cinco delas foram neutras em relação ao governo e duas foram positivas. Isto pode confirmar a hipótese de que as notícias de política recebem maior atenção em relação ao tratamento do Governo.



As reportagens em que o Governo apareceu de maneira negativa foram poucas. Em 31 reportagens com a presença do Governo, apenas duas foram consideradas negativas ao governo. Além disso, o tempo médio dessas matérias foi menor do que as positivas e neutras: 80 segundos em comparação com 136 e 100 segundos, respectivamente; e foi menor que a média de tempo de todas as matérias: 90 segundos. Uma das duas reportagens foi apresentada como nota ao vivo e teve 23 segundos.

Além disso, o Governo não foi entrevistado em nenhuma das duas negativas e apareceu indiretamente ou foi citada como uma instituição. Essas observações nos mostra que o noticiário não foca nas notícias negativas, dando menos espaço e destaque a elas do que outras. As reportagens negativas não eram associadas à imagem da presidente ou de ministros.

Uma das reportagens negativas foi sobre o uso de bicicletas nas cidades. O Governo foi citado por um dos entrevistados, que o criticou o fato de haver políticas que incentivam a compra de carros, mas não o uso de bicicletas. A outra foi sobre o Tribunal de Contas da União que paralisou alguns trabalhos federais por causa de casos de superfaturamento. Em ambas, o Governo apareceu como instituição e a imagem da presidente ou dos ministros não foi associada à matéria.

Por outro lado, as reportagens positivas ao Governo correspondem a 39% das notícias em que o Governo aparece, ou 12 em número absoluto, tendo mais espaço e destaque que as neutras e negativas. O tempo médio foi o maior, com aproximadamente 136 segundos cada reportagem, o que é maior também que a média de todas as notícias do programa. A maior parte delas foi apresentada como VT. Por isso, é possível dizer que o telejornal destaca as notícias positivas enquanto desvaloriza as negativas. Além disso, as positivas são diretamente associadas à presidente e aos ministros, já que a presidente foi entrevistada três vezes e alguns ministros, quatro vezes.

A maior parte das reportagens em que o Governo apareceu de modo positivo foi sobre tópicos diferentes da política, mesmo que eles abordem projetos políticos. Houve, por exemplo, duas reportagens sobre educação, saúde e economia. Ambas de educação foram sobre o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). As matéria apontavam os pontos positivos do Exame, sem, no entanto, considerar as possíveis falhas e os erros ocorridos nas últimas edições. Em uma delas, por exemplo, houve a informação de que uma estudante teve um bebê minutos antes do Exame no banheiro da escolha; a reportagem focava o fato de que o Ministro da Educação havia ligado para a estudante



para garantir que ela teria outra chance de fazer a prova. O Governo neste caso foi apresentado como um herói que resolve os problemas.

Em outra reportagem, o foco foi dado à política de cotas. Entretanto, a reportagem não discutia a política, colocando diferentes pontos de vista e tentando refletir sobre a questão. A matéria assumia uma posição positiva em relação à política de cotas, já que, por exemplo, um popular foi entrevistado, teve dez minutos de fala – mais do que a média dos populares – e defendeu a política. Não houve ninguém contra a questão e nem mesmo nenhum argumento desfavorável nos discursos.

As reportagens sobre saúde abordavam projetos políticos do Governo Federal e não também havia discussões sobre eles. Os projetos eram apresentados apenas com percepções positivas. Em uma reportagem sobre diabetes, o número de mortes no Brasil devido a essa doença foi apresentado e depois o projeto do Governo foi apresentado como a solução do problema. Em outra reportagem, o foco era na importância de se cuidar da saúde do homem durante o pré-natal, e isso fazia parte da política nacional de saúde do homem. As reportagens parecem ser uma propaganda dos projetos do governo. Por outro lado, elas podem representar uma dependência em relação à agenda oficial.

Além disso, as notícias sobre economia focavam no desenvolvimento brasileiro. Por exemplo, uma das matérias foi sobre R\$ 10 bilhões de investimentos na irrigação. O discurso da presidente focava no fato de que a seca seria eliminada no Brasil com o melhor da tecnologia mundial. Não houve nenhuma discussão acerca do assunto.

Em geral, a maior parte das reportagens de economia tinha uma visão positiva, já que frequentemente abordavam os recordes em indicadores e o bom desempenho econômico do país. Neste sentido, há um sentimento otimista que emerge do telejornal, ainda que não seja ligado ao Governo Federal. Este sentimento se torna mais forte em reportagens sobre questões sociais e sobre cultura, que na maioria se apresentam como positivas e trazem uma mensagem de esperança. Por exemplo, no dia 5 de novembro de 2012, houve uma reportagem sobre a criação de um site de notícias pelos moradores da favela da Rocinha. Um dos textos da repórter foi: “Sim! A Rocinha ainda tem problemas, mas a liberdade de expressão pode ter feito a diferença”. Este é um exemplo de um ponto de vista positivo que emerge do noticiário.

Uma das matérias sobre política que apresentou uma visão positiva foi sobre o lançamento de uma política para a alfabetização na idade certa. Mais uma vez, não houve discussão sobre a eficiência da política. A reportagem começa com professores falando sobre a importância das crianças aprenderem a escrever na idade certa e termina



com o projeto governamental. Mais que isso, a reportagem termina com o discurso do ministro sendo aplaudido.

Na maioria das vezes, a tendência positiva foi encontrada porque as reportagens tratavam de projetos políticos sem que houvesse uma discussão sobre eles e sem a presença de pontos de vista diferentes sobre a mesma questão. Os projetos são apresentados como se fossem soluções automáticas e naturais para os problemas e não como políticas que podem ou não ser eficientes, que podem conter falhas e que precisam de discussão.

Considerando a teoria da dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2003), o Governo geralmente ocupa o lugar de herói, que resolve os problemas e recebe o rótulo de eficiente. Além disso, o Repórter Brasil é estruturado de modo que o Brasil pareça estar sempre melhorando, já que a postura otimista pode ser observada nas reportagens sobre economia, sociedade, cultura, entre outros assuntos.

Além disso, foi observada uma lacuna na discussão política. Entre 129 matérias analisadas, houve apenas sete sobre política. No ranking de editorias, a política aparece como o nono tópico mais abordado. Ainda que possamos considerar a presença da política em matérias caracterizadas em diferentes editorias, a lacuna da discussão política pode ser observada também na presença dos partidos políticos. Além disso, falar sobre política não significa necessariamente discuti-la. Na maioria das vezes, a política é tratada a partir do acompanhamento da agenda oficial, e não refletindo e aprofundando as questões. Foi observada uma dependência do jornalismo da emissora em relação às informações oficiais, o que pode gerar um tendenciamento estrutural.

Sobre a participação do público no telejornal, foi observado que os populares aparecem mais vezes que o outros grupos, porém têm menos tempo médio de fala e na maioria das vezes em que aparecem, apenas confirmam o que o repórter disse anteriormente, dando um exemplo ou uma opinião. Nesse sentido, eles não foram tratados como cidadãos e agentes das notícias, discutindo e refletindo sobre as questões.

As organizações civis foram o quarto grupo mais entrevistado, atrás dos populares, especialistas, artistas e atletas. Eles foram o quinto grupo com mais tempo de discurso, junto com as instituições privadas. Mesmo que a participação tenha sido regular, como uma emissora pública, as organizações civis deveriam ter tido mais voz no programa.

Considerações Finais



Baseado nessas observações é possível dizer que o Repórter Brasil apresenta um ponto de vista positivo em relação ao governo, ainda que tenha sido possível perceber uma tentativa de apresentar as notícias políticas e sobre o governo de forma neutra. Além disso, a imagem da presidente e dos ministros é associada a reportagens positivas.

O telejornal parece depender dos recursos oficiais e da agenda, já que este foi o tópico de muitas matérias. Os projetos federais foram apresentados várias vezes e muitas delas sem apresentar uma discussão e reflexão aprofundada sobre as políticas. Além disso, o Repórter Brasil não dialoga efetivamente com os cidadãos, dando a eles espaço para serem agentes efetivos das notícias.

A partir dessas observações, é possível considerar a importância de novos estudos sobre a televisão pública brasileira, a fim de contribuir para o desenvolvimento deste sistema de comunicação que é tão necessário para a democracia.

Ao contrário do que é defendido por alguns setores da sociedade, observamos uma necessidade de investir nesta televisão pública e não de acabar com ela. Ainda há muito que se fazer para que a TV Brasil represente de fato a televisão pública brasileira e possa cumprir com seu papel. É necessário colocar em discussão os modelos de financiamento e gerenciamento da emissora e refletir sobre a independência editorial do jornalismo produzido por ela.

Deste modo, defende-se que o telejornalismo da TV Brasil deva investir em reflexões e discussões políticas. O silêncio muitas vezes percebido no noticiário é um caminho contrário ao da proposta de uma televisão pública e o debate é necessário para o cumprimento da sua responsabilidade. Assim, propõe-se também que a TV Brasil se diferencie de fato das emissoras comerciais, apresentando conteúdos e formatos que não são encontrados nelas e colocando-se como uma alternativa ao modelo de comunicação dominante no Brasil.

Referências bibliográficas

Bucci, Eugênio. 2010. “É possível fazer televisão pública no Brasil?” *Novos Estudos* 88, 5 – 18. Accessed December 1, 2012. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext.

Coutinho, Iluska. 2003. “Dramaturgia no telejornalismo brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em televisão.” São Bernardo do Campo: Umesp.

Fort, Mônica Cristine. “Televisão Educativa: a responsabilidade pública e as preferências do espectador”. São Paulo: Annablume, 2005.



Mendonça, Ricardo. 2011. “A emissora que fala sozinha - Prestes a completar quatro anos e com orçamento de R\$ 450 milhões, a TV Brasil tem audiência pífia e confunde serviço público com interesses do governo.” *Revista Época*. Accessed December 1, 2012. <http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/10/emissora-que-fala-sozinha.html>

Pinto, Manuel. 2005. *Televisão e Cidadania. Contributos para o debate sobre o serviço público*. Porto: Campo das Letras.

Sodré, Bruno. 2007. *PBS – Um modelo de TV Pública*. Brasília: Casa das Musas.

TV Brasil. “Sobre o Repórter Brasil”. Accessed December 1, 2012. <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/flat/sobre/>.

TV Brasil. “Sobre a TV”. Accessed December 1, 2012. <http://www.tvbrasil.org.br/sobreatv/>.

TV Brasil. “Web TV – Repórter Brasil noite”. Accessed November 27, 2012. <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil-noite>

UNESCO. 2008. “Brasil no rumo da inclusão: Tecnologia, Informação e Inclusão”. Accessed December 1, 2012. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158502por.pdf>.